



Senado deve votar nesta semana a PEC da cessão onerosa sobre o pré-sal

Também está na pauta do Plenário a proposta que limita pedidos de vista e decisões cautelares monocráticas em tribunais

A proposta da cessão onerosa, que permite que a União compartilhe com estados e municípios recursos arrecadados em leilões do pré-sal, é um dos pontos do novo pacto federativo e está na pauta do Plenário. Também pode ser analisada a PEC que impõe limites a pedidos de vista e a cautelares monocráticas no âmbito dos tribunais. Outro projeto que os senadores podem avaliar permite a baixa gratuita do registro de pequena empresa sem atividade há mais de três anos. **3**



Jefferson Rudy/Agência Senado — 13/8/2019

No Plenário, Simone Tebet, Cid Gomes, Davi Alcolumbre, Fernando Bezerra Coelho e o secretário Bandeira de Mello

Proposta de Orçamento prevê salário mínimo de R\$ 1.039

O Congresso recebeu na sexta-feira as propostas da Lei Orçamentária Anual de 2020 e do Plano Plurianual 2020-2023. A estimativa de crescimento da economia caiu de 2,7% para 2,17%. O valor do salário mínimo também caiu de R\$ 1.040 e para R\$ 1.039. **3**

CPI sobre tribunais já tem assinaturas suficientes

Deve ser protocolado amanhã o pedido de criação da CPI para investigar supostos abusos do presidente do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli. O senador Alessandro Vieira anunciou que conseguiu as 27 assinaturas necessárias para criar a comissão. **2**

Para debatedores, texto da Previdência é injusto

Participantes de debate sobre a reforma da Previdência, promovido pela Comissão de Direitos Humanos na sexta-feira, disseram que os dados apresentados pelo Executivo

sobre a seguridade social não são reais. O presidente da Federação Nacional dos Servidores Públicos, Ogib Teixeira, defendeu que os movimentos sociais ocupem as ruas para

protestar. Representante da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita, Vilson Romero afirmou que o novo modelo de seguridade tornará os brasileiros mais pobres. **3**



Pedro França/Agência Senado

Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Paulo Paim (C) comanda o debate sobre a reforma da Previdência

ARQUIVO S



Library of Congress

Camponês na China: Brasil tentou trazer "semiescravos" asiáticos

Em 1880, Brasil faz acordo com China para trazer "semiescravos"

Neste ano, restabelecimento das relações diplomáticas Brasil-China completa 45 anos. Documentos do Arquivo do Senado mostram que o primeiro tratado

firmado entre os países é de 1880 e buscava garantir trabalhadores para a lavoura brasileira, que tinha cada vez menos escravos. Acordo não saiu do papel. **4**

Sessão especial celebra 52 anos do Senac-DF e ressalta importância para a educação

Uma sessão especial na sexta-feira celebrou os 52 anos do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial do Distrito Federal.

Autor do requerimento para a homenagem, o senador Izalci Lucas destacou a excelência do Senac na capacitação de jovens e adultos. **2**



Waldemar Barreto/Agência Senado

Autor do pedido de homenagem, Izalci (C) afirmou que o Senac ofereceu mão de obra capacitada para desenvolver o comércio e o setor de serviços do país

Sessão ressalta importância do Senac-DF para a educação

Senadores destacaram a excelência do serviço na capacitação de jovens e adultos do país. Instituição completou 52 anos no Distrito Federal e, além da profissionalização, atua também no ensino superior

O SENADO HOMENAGEOU na sexta-feira, em sessão especial, os 52 anos do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial do Distrito Federal (Senac-DF), que oferece cursos de formação inicial e continuada. Em 2005, o Senac passou a atuar também no ensino superior, disponibilizando cursos de pós-graduação lato sensu a distância

Em 2007, foi inaugurada a Faculdade de Tecnologia do Senac-DF, que acrescentou cursos de graduação tecnológica e pós-graduação presenciais. Hoje a instituição oferece mais de 300 cursos de níveis básicos, técnico e tecnológico e atende às empresas com parcerias e projetos customizados.

O autor do requerimento, senador Izalci Lucas (PSDB-DF), destacou a excelência do Senac na capacitação de jovens e adultos do Brasil.

— Foi no Senac, em cada canto deste país, que muitos jovens começaram a vida de sucesso. Foi o Senac que ofereceu mão de obra capacitada para desenvolver o comércio e o setor de serviço do país.



Izalci Lucas (C) preside sessão em Plenário de homenagem ao Senac-DF

Foram homenageadas a confeitaria Sonia Aiko Takata, que ganhou medalha de ouro no Salão Internacional de Restaurantes e Hotelaria, e Edy Bender, conselheira do Senac-DF e filha dos fundadores do Senac no Brasil.

Também receberam homenagens três ex-alunas do Senac que se destacaram em suas profissões: Renata Araújo Rodrigues, vencedora da Olimpíadas do Conhecimento de 2014, Jéssica dos Santos, que representou o Brasil no maior evento de educação profissional do mundo em 2013, e Michele dos Santos, que realizou uma ação em parceria com organismos internacionais

para valorização dos profissionais de enfermagem.

O diretor regional do Senac-DF, Antonio Tadeu, destacou que a instituição é um caso de sucesso no país há 73 anos e que se renovará no Distrito Federal com a chegada do novo presidente, Francisco Maia.

Participaram ainda da sessão o presidente da Fecomércio-DF e dos Conselhos Regionais do Senac-DF e do Sesc-DF, Francisco Maia Farias, o diretor de Educação Profissional do Senac-DF, Gustavo Escobar Guimarães, a gerente de relações comerciais do Senac-DF, Margareth Bicalho, e o assessor de relações institucionais do Senac, Antonio de Paula.

Styvenson reclama da morosidade do processo legislativo

Styvenson Valentim (Podemos-RN) reclamou na sexta-feira, em Plenário, da morosidade do Senado para votar as propostas legislativas.

— Há reunião de líderes, reunião de partido, reunião de tudo para se discutir tudo o que vai ser debatido aqui, mas, na hora da votação, bingo, tira PEC, tira os projetos de lei, tira tudo e fica essa morosidade, essa trava. Poderia ser feito muito mais se a gente falasse um pouco menos aqui e votasse mais — disse.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Paulo Rocha celebra os 36 anos da Central Única dos Trabalhadores

Paulo Rocha (PT-PA) registrou na sexta-feira os 36 anos de fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), comemorado na quarta-feira. Ele lembrou que o histórico de lutas dos trabalhadores já existia durante a ditadura militar, mas faltava uma entidade que unisse todas as categorias em torno de uma pauta ampla, como combate à inflação e ao desemprego, redução da jornada de trabalho, seguridade social e moradia, além de liberdade democrática e autonomia sindical.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Izalci comemora produção de queijos artesanais e uva no DF

O senador Izalci Lucas (PSDB-DF) comemorou na sexta-feira, em Plenário, o bom desempenho da produção de queijos artesanais e de uva no Distrito Federal. Segundo o senador, foram colhidas 20 toneladas de uva em 2018 e a expectativa para 2019 é ainda melhor. No caso dos queijos, Izalci destacou que a Lei 13.860, que regulamenta a produção, tem contribuído para reduzir a burocracia para a venda em todo o território nacional.

— Quando pensamos que há quase 400 mil desempregados aqui no DF, devemos apoiar esses produtores.

CPI para investigar Judiciário deve ser protocolada amanhã

O senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE) conseguiu as 27 assinaturas necessárias à criação da CPI para investigar supostos abusos do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli. Na quinta-feira, Mara Gabrilli (PSDB-SP) completou o número de assinaturas.

Essa é a terceira tentativa de Alessandro de abrir uma CPI dos Tribunais Superiores. Com as assinaturas necessárias, o senador deve protocolar amanhã o novo documento. Pelo texto, a CPI deverá investigar “condutas ímprobas, desvios operacionais e violações éticas por

parte de membro do STF, cuja responsabilidade de fiscalização é do Senado”.

Para Plínio Valério (PSDB-AM), o Senado não está confrontando o Poder Judiciário, como afirmam algumas pessoas.

— Estamos exercendo e executando nosso papel, porque a Constituição nos dá essa prerrogativa — disse.

Como fato determinado para a CPI, o requerimento indica a instauração de inquérito, por parte de Dias Toffoli, para apurar a prática de eventuais crimes que atingem a honra do STF, de seus membros e familiares.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/atividadeLegislativa>



SEGUNDA

CDH Reforma da Previdência

9h Audiência sobre a reforma da Previdência. Às 14h, a comissão debate novamente o tema.

SESSÃO ESPECIAL Ciências da Saúde

10h Homenagem aos 18 anos de criação da Escola Superior de Ciências da Saúde.

PLENÁRIO Pronunciamentos

14h Sessão não deliberativa

TERÇA

CDH Reforma da Previdência

9h Audiência sobre a reforma da Previdência.

CI Transporte rodoviário

9h Comissão vota seis itens, entre eles o PLC 153/2015, que prevê a emissão nominal de passagem de transporte rodoviário.

CAE Empréstimos da Caixa

10h Votação da MSF 45/2019, que autoriza empréstimo para o Programa de Requalificação Urbana da Região Oeste de Aracaju. Em seguida, audiência sobre as diretrizes da Caixa para a concessão de empréstimos para os estados e municípios.

CTEC Candidaturas laranjas

10h Audiência com o ministro do Turismo sobre as denúncias de uso de candidaturas laranjas para desvio de recursos eleitorais.

CE Distrofia Muscular de Duchenn

11h Na pauta, o PL 2.118/2019 que Institui o Dia Nacional de Conscientização sobre a Distrofia Muscular de Duchenn.

GASTOS PÚBLICOS Instalação

11h30 Instalação e eleição de presidente e vice da Subcomissão da Qualidade dos Gastos Públicos.

CCJ Reforma tributária

14h Audiência sobre reforma tributária.

MP 884/2019 Cadastro rural

14h30 Apreciação de relatório.

MP 889/2019 Saque do FGTS

14h30 Apreciação do plano de trabalho e de requerimentos.

MP 890/2019 Médicos pelo Brasil

14h30 Audiência pública sobre o Programa Médicos pelo Brasil.

CDH Profissão de coach

15h Audiência sobre a possível a criminalização da profissão de coach.

MP 887/2019 Aeronáutica

15h Apreciação do relatório.

QUARTA

CPI MISTA Fake news

11h Instalação e eleição.

CCJ Reforma da Previdência

9h Votação da PEC da Reforma da Previdência.

MP 890/2019 Médicos pelo Brasil

14h30 Debate sobre Programa Médicos pelo Brasil.

QUINTA

SESSÃO ESPECIAL Independência

10h Sessão especial para marcar o aniversário da Independência do Brasil. Às 14h, comemoração do Dia do Administrador.

Previsão atualizada às 18h de sexta-feira pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/integraPlenario>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/integraComissoes>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luis Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvío Burre
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Claudio Portella, Luiz Henrique Machado e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Plenário deve votar cessão onerosa nesta semana

PEC sobre pré-sal é um dos principais pontos do novo pacto federativo. Proposta que limita pedidos de vista e decisões cautelares monocráticas em tribunais também está na pauta

O PLENÁRIO PODE votar nesta semana a proposta de emenda à Constituição que permite que a União compartilhe com estados e municípios os recursos arrecadados em leilões do pré-sal. A PEC 98/2019 estabelece percentuais para a transferência de valores em caso de leilão dos volumes excedentes do regime de cessão onerosa, pelo qual o governo garantiu à Petrobras o direito de explorar uma área do pré-sal por 40 anos.

A PEC é um dos principais pontos do pacto federativo. Por ela, 15% da soma da cessão onerosa será destinada aos municípios e outros 15%, aos estados e ao Distrito Federal. A proposta ainda precisa passar por cinco sessões de discussão antes de ser votada em primeiro turno. Depois, outras três antes do segundo, mas os senadores podem aprovar um requerimento para dispensa dessas etapas.

No contrato da cessão onerosa, a Petrobras obteve o direito de explorar até 5 bilhões de



Plenário pode votar partilha de recursos do pré-sal com estados e municípios, relatada pelo senador Cid Gomes (C)

barris de petróleo por contratação direta, sem licitação. Em troca, a empresa antecipou o pagamento de R\$ 74,8 bilhões ao governo. Com a descoberta posterior de um volume maior do combustível fóssil na região, o valor foi ajustado para cerca de R\$ 70 bilhões, por conta da desvalorização do preço do barril de petróleo.

O relator da PEC é o senador Cid Gomes (PDT-CE). A proposta já tem a aprovação

da Câmara e, se for aceita pelo Senado sem alterações, poderá ser promulgada.

Também está na pauta do Plenário a proposta que impõe limites a pedidos de vista e decisões cautelares monocráticas no âmbito dos tribunais. A PEC 82/2019 pode ser votada em primeiro turno e depois passará por mais três sessões de debates antes da decisão final.

Segundo o texto, pedidos de vista em casos de controle

abstrato de constitucionalidade podem durar até nove meses. Passado esse prazo, o caso deve entrar automaticamente em pauta. As decisões cautelares nos tribunais não poderão ser monocráticas nos casos de declaração de inconstitucionalidade ou suspensão de eficácia de lei ou ato normativo. Essas hipóteses exigirão o voto da maioria absoluta dos membros.

O texto original é de Oriovisto Guimarães (Podemos-PR), mas

ele foi modificado em vários pontos pelo relator, senador Esperidião Amin (PP-SC). Se for aprovada pelo Plenário em dois turnos, a PEC seguirá para a Câmara dos Deputados.

Outros projetos na pauta são o PLC 113/2015, que autoriza o uso de garantia solidária por microempresas que precisam tomar empréstimos financeiros, e o PLC 198/2015, que permite a baixa gratuita e automática do registro de pequenas empresas que estejam sem atividade há mais de três anos. Também pode avançar a PEC 19/2014, que inclui a acessibilidade e a mobilidade entre os direitos fundamentais da Constituição.

Os senadores também podem aprovar um requerimento de urgência para o PLS 769/2015, de José Serra (PSDB-SP), que proíbe a exposição de cigarros nos pontos de venda, a comercialização em máquinas automáticas e a importação de produtos com substâncias destinadas a conferir sabor ou aroma a fumígenos.

Congresso recebe proposta de Orçamento para 2020

O governo encaminhou na sexta-feira ao Congresso as propostas para a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2020 e para o Plano Plurianual (PPA) 2020-2023, que traça um planejamento para os próximos quatro anos. A estimativa de crescimento da economia para 2020 é de 2,17%, menor do que esperado anteriormente pelo governo no projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que previa em 2,7% a ampliação do produto interno bruto (PIB). Os textos serão examinados pela Comissão Mista de Orçamento (CMO)

e pelo Plenário do Congresso.

O valor do salário mínimo também será menor do que o previsto anteriormente pelo governo. Enquanto a LDO, enviada aos parlamentares em abril, fixava um aumento dos atuais R\$ 998 para R\$ 1.040, o projeto de Orçamento estabelece salário mínimo de R\$ 1.039 em 2020, sem ganho real. A correção considera a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) como parâmetro.

Até 2019, a política de reajuste do salário mínimo considerava, além do INPC,

um aumento real equivalente ao crescimento do PIB do ano anterior. A inflação prevista na LOA (PLN 22/2019) é ligeiramente inferior à estimada na LDO: foi de 3,99% para 3,91%.

O governo manteve a meta indicada no projeto da LDO de déficit primário de R\$ 124,1 bilhões, menor que o previsto para este ano, de R\$ 139 bilhões. Pela primeira vez, as propostas orçamentárias deverão respeitar integralmente o teto dos gastos, que limita a variação das despesas federais à variação da inflação em determinado período.



Paulo Paim (C) comanda debate sobre mudanças na Previdência Social

Debatedores contestam dados do governo sobre Previdência

Os dados apresentados pelo Executivo sobre seguridade social não são reais, na opinião do presidente da Federação Nacional dos Servidores Públicos Federais de Fiscalização, Investigação, Regulação e Controle (Fenafirc), Ogib Teixeira. Ele foi um dos participantes da audiência sobre a reforma da Previdência (PEC 6/2019), promovida na sexta-feira pela Comissão de Direitos Humanos (CDH).

Para Teixeira, o governo e o sistema financeiro têm feito uma mobilização em massa para convencer a população de que a reforma é um “produto maravilhoso”, sem que haja déficit na Previdência. Ele criticou o relator da PEC no Senado, Tasso Jereissati (PSDB-CE), afirmando que os movimentos sociais precisam ocupar as ruas para protestar.

— É um projeto de destruição social, destruição da eco-

nomia. Vamos ter aumento de desemprego e queda expressiva da renda. Não estive com o relator, mas sei que é um empresário, um homem que vive do mercado e não entende o que está fazendo.

Da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Anfip), Wilson Romero discordou da justificativa do governo de que a reforma da Previdência ajudará a combater privilégios. Para ele, o novo modelo de seguridade apenas tornará os brasileiros mais miseráveis. Romero disse que o Senado tem sido simples carimbador das decisões do Executivo e considerou as mudanças propostas por Tasso “meras superficialidades”.

— A PEC paralela é a grande bandeira para aprovação da PEC principal. É um tiro no escuro. Estamos aos vinte minutos do segundo tempo desse jogo e, infelizmente, trabalhando sem mobilização.

Paim diz que Tasso foi sensível às demandas dos senadores

Paulo Paim (PT-RS) afirmou na sexta-feira, em Plenário, que tem mantido constantes conversas com o relator da reforma da Previdência, Tasso Jereissati (PSDB-CE), na busca de entendimento.

Segundo Paim, o relator foi sensível ao receber e avaliar coerentemente as demandas. Para ele, uma das mais importantes foi a exclusão das mudanças no Benefício da Prestação Continuada (BPC), defendida por muitos dos senadores.

— A saída do BPC não é porque eu apresentei, essa é a vontade da Casa. A Casa quer que essa questão fique em lei ordinária.

Confúcio defende projeto único sobre a reforma tributária

Confúcio Moura (MDB-RO) afirmou na sexta-feira que a reforma tributária deve ser aprovada até junho de 2020. Segundo o senador, a medida é importante para destravar a economia. Confúcio explicou que duas propostas tramitam na Câmara (PEC 45/2019 e PEC 293/2014) e outro texto deve ser apresentado pelo governo. Entretanto, para ele, seria mais viável que esses projetos fossem consolidados em apenas um.

— Uma só, com um relator só. Porque quem tem três não tem nenhuma — disse.

Uso político de queimadas prejudica economia, diz Gurgacz

Acir Gurgacz (PDT-RO) alertou para o risco de se fazer uso político e internacional das queimadas, um fenômeno natural que ocorre anualmente nos períodos de seca em todos os biomas brasileiros. Para ele, declarações equivocadas do governo federal e de alguns gestores contribuíram para uma crise diplomática sem precedentes, que poderia ter sido evitada. Gurgacz acredita que o mal-estar diplomático já provoca muitos prejuízos para a economia ao afetar em especial o agronegócio brasileiro, que é competitivo.

No Império, governo tentou trazer “semiescravos” da China

Em 1880, Brasil assinou tratado com o país asiático com o objetivo de garantir transição da escravidão para o trabalho livre

Ricardo Westin

EM 1880, A escravidão no Brasil dá sinais claros de que está com os dias contados. Desde 1850, a Lei Eusébio de Queirós proíbe a importação de africanos. Desde 1871, a Lei do Ventre Livre garante a liberdade aos bebês nascidos de escravas. É nesse contexto que os fazendeiros do Império, temendo que o encolhimento da mão de obra leve as plantações de café ao colapso, se mobilizam para substituir os escravos negros por “semiescravos” chineses.

Documentos históricos guardados no Arquivo do Senado, em Brasília, mostram que a solução chinesa tem o apoio do governo. Em 1879, o primeiro-ministro Cansanção de Sinimbu vai ao Senado e pede aos parlamentares que aprovelem a liberação de verbas para uma missão diplomática ir ao outro lado do mundo e negociar um tratado com a China. Na época, os chineses são chamados de “chins”.

— O trabalhador chim, além de ter força muscular, é sóbrio, laborioso, paciente, cuidadoso e inteligente mesmo — argumenta Sinimbu. — Por sua frugalidade e hábitos de poupança, é o trabalhador que pode exigir menor salário. Assim, deixa maior soma de lucros àquele que o tem a seu serviço. É essa precisamente uma das razões por que devemos desejá-lo para o país.

Os chineses, como diz Sinimbu, serão assalariados. Na prática, contudo, o que os fazendeiros querem é repetir a experiência de países como Estados Unidos, Cuba e Peru, onde a exploração dos chineses tem sido tão grande — com pagamentos irrisórios, serviços extenuantes, ambientes insalubres e castigos físicos —, que os trabalhadores ficam na tênue linha que separa a liberdade da escravidão.

Guerras do Ópio

Grandes levas de trabalhadores deixam o império chinês, entre outras razões, por causa da superpopulação (370 milhões de habitantes, contra 10 milhões no Brasil) e da crise decorrente da derrota nas Guerras do Ópio.

No Brasil, parte da sociedade sente temor e repulsa diante da possibilidade de encontrar homens de olhos



Chineses no fim do século 19: império em crise por causa de guerras e da superpopulação

puxados, cabelos trançados a partir da nuca e roupas exóticas transitando pelas fazendas e cidades. Senadores e deputados se manifestam contra a celebração do tratado.

— Não sei que fatalidade persegue este Império, digno de melhor sorte: ou há ter africanos, ou há de ter chins? Li que essa é uma raça porca que muda de roupa só duas vezes ao ano. Quando as nossas leis estabelecem prêmios àqueles que trouxerem para o Império boas raças de animais, tratam de mandar buscar rabichos e caricaturas de humanidade? — critica o senador Dantas (AL).

— Depois de tantos anos de independência, havemos agora de voltar atrás e introduzir nova raça, cheia de vícios, de físico amesquinhado, de moral abatido? Havemos de introduzir semelhante raça somente para termos um pouco mais de café? — questiona o senador Junqueira (BA).

— Venham muitos chins, para morrerem aos centos, aos milhares — ironiza o senador Escagnolle Taunay (SC). — Deles, ficará só o trabalho explorado pelos espertalhões. Que erro colossal! Acostumado à convivência branda e amistosa dos antigos escravos, fazendeiro nenhum será capaz de suportar o contato dos chins. Seus vícios se exacerbam com o uso

detestável do ópio. Só o cheiro que os chins exalam bastará para afugentar o fazendeiro mais recalcitrante.

Na época, estão em voga no mundo teorias racistas pseudocientíficas. Segundo elas, os brancos formam a raça superior e os negros, a raça inferior. No meio deles, como raça intermediária, estão os amarelos. Entre os teóricos da hierarquização das raças, está o diplomata francês Arthur de Gobineau, que serviu no Rio de Janeiro e concluiu que o Brasil era uma país atrasado por causa da miscigenação entre brancos e negros.

— A biologia ensina que, no cruzamento de raças, o elemento inferior é que vicia e faz degenerar o superior — diz o senador Visconde do Rio Branco (MT), alertando para o risco de “mongolização” do Brasil.

“Embranquecimento”

Em 1878, o governo organiza o Congresso Agrícola, no Rio, para discutir os rumos da cafeicultura diante do iminente fim da escravidão. O sonho dos fazendeiros é substituir os escravos negros por trabalhadores originários da Europa. As equivocadas teorias racistas levam à crença de que é preciso “embranquecer” o Brasil.

— Devemos garantir o futuro do país do meio do trabalho de raças inteli-

gentes, robustas e cristãs — afirma, no Senado, o senador Junqueira.

Italianos, espanhóis e portugueses, contudo, não se animam. Eles temem o calor sufocante dos trópicos e o chicote dos feitores das fazendas. Além disso, desejam ser donos da terra, o que a estrutura fundiária do Império não permite. Diante da dificuldade, o Congresso Agrícola traça um plano B: espalhar “semiescravos” chineses pelas plantações até os europeus mudarem de ideia e virem para o Brasil.

Até mesmo os defensores da imigração asiática recorrem a argumentos pouco lisonjeiros para os chineses. O senador Visconde de Albuquerque (PE) é um deles:

— Dizem que os chins vêm amesquinhar a nossa raça, mas não estão aí os nossos índios? Qual de nós não gosta muito de ter um desses índios para o seu serviço? E isso piora a nossa raça? Vejam que tememos raça chim e não tememos a raça preta! O chim não é revolucionário, não tem pretensões.

O senador Cândido Mendes de Almeida (MA) acrescenta:

— São educados sob o regime autoritário mais severo desde o nascer. É com tal espírito de ordem que trabalham.

O primeiro-ministro Cansanção de Sinimbu diz que não é preciso temer o “abastardamento das raças” do Brasil:

— Ainda que venha grande número de asiáticos, é manifesto que nutrem a intenção de voltar para o seu país. Levam tão longe o amor à pátria, que nos contratos até estipulam que os seus cadáveres serão remetidos para a terra natal. Isso prova que não é de prever que queiram fixar-se entre nós.

Cônsul em Xangai

Após muitas discussões, o Parlamento aprova em 1879 a liberação de verbas para que a missão diplomática vá à China. Em 1880, pela primeira vez, um navio brasileiro dá a volta no planeta. Após várias semanas de negociação, o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação é finalmente assinado, com a previsão de que os cidadãos chineses poderão transitar livremente no Brasil e vice-versa. Um consulado se instala em Xangai.

Em 1881, quando abre o ano legislativo do Senado e da Câmara, dom Pedro II profere a fala do trono sem fazer menção ao tratado com a China. Os fazendeiros entendem a mensagem: o governo não gastará mais nenhum centavo; se quiserem os “chins”, que os busquem com seu próprio dinheiro. Logo em seguida, tem início a imigração italiana e a solução chinesa é esquecida de vez.

— Mas que serviço prestar na China o nosso cônsul? Até hoje não tem tido ocasião de prestar serviços importantes — disse no Senado, em 1884, constrangido, o ministro de Estrangeiros, Soares Brandão. — Quero crer que no futuro possa haver relações que venham demonstrar que não são de todo destituídos de vantagem e conveniência os serviços de um cônsul na China.

O ministro não podia imaginar que, 135 anos depois, a China seria uma potência mundial e o maior investidor estrangeiro no Brasil.



Caricaturas publicadas pela *Revista Ilustrada* apresentam chineses no campo como ameaça às plantações e na cidade como ladrões

